



All the contents of this journal, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution License

# Invisibilidade da população LGBTQIA+: um mapeamento das fontes de dados no Brasil\*

Priscila de Souza Silva\*\*  
Luana Junqueira Dias Myrrha\*\*\*  
Fábio Lúcio Rodrigues\*\*\*\*

Apesar dos avanços sociais e jurídicos recentes em defesa da diversidade sexual e de gênero no Brasil, a população LGBTQIA+ permanece marcada por processos de exclusão e invisibilidade, inclusive nas estatísticas oficiais. O principal objetivo deste estudo é realizar um mapeamento das principais fontes de dados disponíveis no Brasil que incluem quesitos voltados à coleta de informações sobre a população LGBTQIA+. Para tanto, realizou-se uma busca sistematizada na literatura, acompanhada de levantamento e mapeamento de pesquisas oficiais de base populacional, registros administrativos e bases produzidas por organizações da sociedade civil. Os resultados mostram que a maior parte das pesquisas de base populacional limita-se a captar informações sobre casais de mesmo sexo em coabitação, sem contemplar a diversidade de identidades de gênero e orientações sexuais. O estudo também identifica que organizações têm assumido papel relevante na produção de dados, ainda que com importantes limitações metodológicas. A recente inclusão do quesito orientação sexual na Pesquisa Nacional de Saúde de 2019 representa um avanço, mas seu caráter experimental e a ausência de informações sobre identidade de gênero evidenciam que persistem desafios significativos. Conclui-se que ampliar e qualificar a produção de dados é fundamental para enfrentar a invisibilidade estatística da população LGBTQIA+.

**Palavras-chave:** Coleta de dados. Pessoas LGBTQ. Orientação sexual. Identidade de gênero. Exclusão social.

\* Este artigo baseia-se no estudo de Silva (2024).

\*\* Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal-RN, Brasil ([silva.prisciladesouza@gmail.com](mailto:silva.prisciladesouza@gmail.com); <https://orcid.org/0000-0002-1181-3723>).

\*\*\* Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal-RN, Brasil ([luanamyrha@gmail.com](mailto:luanamyrha@gmail.com); <https://orcid.org/0000-0001-6767-6775>).

\*\*\*\* Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Mossoró-RN, Brasil ([prof.fabiolucio@gmail.com](mailto:prof.fabiolucio@gmail.com); <https://orcid.org/0000-0001-5809-4044>).

## Introdução

Apesar dos avanços sociais recentes, observam-se o fortalecimento de discursos de ódio, a reafirmação de “valores” conservadores e a persistência de sistemas de opressão sustentados por práticas discriminatórias e, por vezes, desumanas. Embora as narrativas políticas e sociais frequentemente defendam que todos os corpos possuem igual valor, os noticiários cotidianos revelam uma realidade distinta (Bento, 2017; Trevisan, 2018). Preconceitos, discursos de ódio, violência e mortes continuam fortemente presentes na sociedade, incidindo, em especial, sobre grupos definidos por marcadores sociais como raça/cor, orientação sexual e identidade de gênero (Aguirre, 2020).

Em escala global, esse cenário é evidenciado pelos dados da Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Intersexuais (Ilga). As relações homoafetivas são punidas com pena de morte em 11 países, e em outros 70, ser LGBTQIA+ é considerado crime (Mendos *et al.*, 2020; Brasil, 2017c). Em 2019, 55 países ainda não contavam com legislação de proteção contra discriminações baseadas em orientação sexual e identidade de gênero (Mendes *et al.*, 2021).

No Brasil, a histórica violência contra pessoas LGBTQIA+ está enraizada em estruturas conservadoras de família, na normatividade cisheterossexual e em discursos morais, religiosos e biologizantes, que operam como instrumentos de exclusão. Essa violência se manifesta em diversas formas: abandono, expulsão do lar, agressões físicas, estupro “corretivos”, suicídios e assassinatos. Tais atos são alimentados por discursos de ódio que vêm ganhando força em narrativas político-religiosas anti-LGBTQIA+ (Cerqueira *et al.*, 2021; Kalil, 2020; Trevisan, 2018). Em contrapartida, emergem as lutas históricas por reconhecimento e direitos, nas quais a comunidade LGBTQIA+ reivindica, de forma crescente, respeito, igualdade de oportunidades e acesso a direitos (Garcia; Souza, 2010), expressando sua resistência e resiliência (Freire *et al.*, 2021; Quinalha, 2022).

A exclusão dessa população das políticas públicas é histórica, e as poucas iniciativas existentes frequentemente carecem de respaldo empírico, sendo formuladas de maneira experimental e desarticulada das demandas efetivas da comunidade (Benevides, 2023; Quinalha, 2022). Nesse contexto, a escassez de estatísticas oficiais configura-se como um dos principais entraves à formulação de políticas eficazes. Assim como no Brasil, a subnotificação de homicídios e a ausência de dados demográficos, socioeconômicos e de saúde constituem uma realidade em diversos países (Mendes *et al.*, 2021; Trevisan, 2018). Essa invisibilidade reforça a vulnerabilidade social, a discriminação e os problemas de saúde física e mental da população LGBTQIA+ (TODXS, 2020). Além disso, dificulta a construção de indicadores, como as taxas de mortalidade, uma vez que não se conhece sequer o universo dessa população, ou seja, o denominador necessário para o cálculo de tais taxas.

A coleta e a divulgação de dados sobre essa população constituem uma medida urgente para o enfrentamento das desigualdades estruturais e para a formulação de políticas públicas eficazes nas áreas da saúde, educação, trabalho e segurança. Diante disso, este

estudo tem como objetivo realizar um mapeamento das principais fontes de dados disponíveis no Brasil que incluem quesitos voltados à coleta de informações sobre a população LGBTQIA+. Nesse sentido, pretende-se realizar um levantamento que forneça subsídios para pesquisas na área, por meio da identificação das potencialidades e limitações das fontes de dados disponíveis, considerando aspectos como cobertura, confiabilidade e a forma de coleta das informações relacionadas à temática.

Cabe destacar que este estudo adota uma perspectiva demográfica e busca oferecer um panorama das principais fontes de dados oficiais (pesquisas populacionais, registros administrativos e pesquisas amostrais), além de informações produzidas por organizações da sociedade civil que contemplam, ainda que parcialmente, a população LGBTQIA+. Ressalta-se, contudo, que o estudo não inclui dados produzidos por pesquisas de outras áreas do conhecimento, que também vêm contribuindo de forma relevante para a compreensão da realidade desse grupo populacional. Ademais, pretende-se fortalecer o debate acerca da importância da produção contínua de dados sobre orientação sexual, bem como da inclusão de perguntas sobre identidade de gênero em pesquisas de abrangência nacional.

Com relação à estrutura deste estudo, além desta introdução, a próxima seção aborda questões, conceitos e teorias sobre gênero, orientação sexual e identidade de gênero. A seguir, é feito um mapeamento das principais fontes de dados disponíveis no Brasil sobre a população LGBTQIA+. Por fim, apresentam-se as considerações finais.

### **Considerações conceituais sobre gênero e sexualidades**

O objetivo desta seção é apresentar conceitos, terminologias e perspectivas fundamentais para os debates que envolvem as vivências da população LGBTQIA+. Para isso, são discutidas noções como o sistema sexo-gênero binário, a heteronormatividade, a orientação sexual e a identidade de gênero, entre outras. Não se pretende esgotar os debates sobre gênero e sexualidade, mas sim fornecer subsídios conceituais para a compreensão das estruturas sociais que operam na exclusão e na marginalização de corpos dissidentes.

As normas de gênero são historicamente moldadas por regimes políticos de dominação e discursos de poder, sendo socialmente construídas de acordo com o tempo e o espaço em que se manifestam (Connell, 2016; Haraway, 2009; Trevisan, 2018). No contexto da sociedade contemporânea, essas normas atuam na materialização dos corpos, na produção das diferenças sexuais e na consolidação de desigualdades (Butler, 2019).

O gênero constitui-se como um dispositivo relacional, moldado por interações sociais e relações desiguais de poder (Butler, 2018; Lins; Machado; Escoura, 2016). Desse modo, gênero é um constructo para questionar diferenças sexuais que são consideradas naturais em diversas esferas (Haraway, 2016). Embora tenha sido fundamental para desnaturalizar hierarquias baseadas em diferenças biológicas, o conceito de gênero também tem sido objeto de críticas (Freire *et al.*, 2021; Louro, 1997).

No âmbito das dimensões do patriarcado, o gênero ainda se constitui em uma estrutura binária, na qual as relações desenvolvidas são pautadas pelas diferenças e valores atribuídos ao que é considerado um padrão “universal” (Quinalha, 2022). Nessa cultura patriarcal, os padrões hegemônicos de masculinidade e feminilidade são continuamente reforçados (Connell, 2016; Jesus, 2012). Fora dessa matriz normativa, corpos e identidades que dela se desviam são classificados como “deficientes” (Preciado, 2022).

No entanto, múltiplas identidades de gênero e orientações sexuais coexistem para além desse padrão binário e heteronormativo (Connell, 2016; Louro, 1997). A identidade de gênero não está necessariamente vinculada ao sexo biológico; trata-se de um elemento subjetivo, que diz respeito à forma como o indivíduo se reconhece no mundo. Quando se pensa e teoriza que o gênero não está atrelado ao sexo, a construção social do gênero torna-se um conceito flutuante, consequentemente feminino e mulher podem representar tanto um corpo masculino quanto um feminino e vice-versa (Butler, 2018; Louro, 1997).

A orientação sexual refere-se à capacidade de sentir atração afetiva, emocional e/ou sexual por pessoas (Gastaldi *et al.*, 2021; Brasil, 2017c; Quinalha, 2022). Embora existam diferentes formas de vivenciar e nomear a orientação sexual, algumas classificações são recorrentes. A homossexualidade compreende a atração afetivo-emocional ou sexual por outra pessoa do mesmo gênero; a heterossexualidade configura a atração por uma pessoa com gênero diferente do seu; e a bissexualidade refere-se à atração afetiva emocional ou sexual por mais de um gênero (Brasil, 2017c).

A compreensão da própria identidade, bem como das características, denominações e papéis sociais, também pode se manifestar por meio da expressão de gênero, que envolve formas de agir, comportar-se, vestir-se e interagir socialmente (Lins; Machado; Escoura, 2016; Brasil, 2017c; Quinalha, 2022). Nesse sentido, pessoas cisgêneras são aquelas cuja identidade de gênero corresponde ao sexo biológico atribuído no nascimento, independentemente da sua orientação sexual. Por sua vez, as pessoas transgênero ou trans apresentam identidade de gênero distinta do sexo biológico atribuído no nascimento, o que não determina, necessariamente, sua orientação sexual (Freire *et al.*, 2021; Brasil, 2017c; Quinalha, 2022; Solidarity Center; CUT, 2021).

O processo de reconhecimento da orientação sexual e/ou identidade de gênero pode perfazer todo o curso de vida de uma pessoa. Isso não significa, contudo, que as identidades de gênero e práticas sexuais que estão em constante transformação sejam frágeis. Como unem gênero e sexualidade, as letras que compõem a sigla da comunidade são provisórias e estão em movimento (Freire *et al.*, 2021; Quinalha, 2022).

Embora essas questões, termos e conceitos sejam fundamentais para a compreensão das experiências relacionadas a gênero e sexualidade, eles não foram historicamente colocados, percebidos e aprendidos pelas pessoas cis e heterossexuais da mesma maneira que são diariamente enfrentados por pessoas LGBTQIA+ (Freire *et al.*, 2021; Solidarity Center; CUT, 2021). Durante séculos, a homossexualidade foi abordada por diferentes campos do saber, como a medicina, a religião e o direito, frequentemente a partir de perspectivas

normativas e conservadoras que se apoiavam em estruturas familiares tradicionais, discursos morais e argumentos biológicos para justificar a condenação das diversidades sexuais e de gênero (Trevisan, 2018). Esse histórico de estigmatização também se reflete na produção de informações estatísticas sobre essa população (Acontece; Antra; ABGLT, 2022; Benevides; Nogueira, 2021; Mendes *et al.*, 2021; Suliano; Jesus Filho; Irffi, 2021).

Em âmbito global, os dados sobre essa população ainda são escassos, incompletos, frequentemente subnotificados ou fragmentados, o que contribui para sua exclusão simbólica e para a negação do pleno direito à cidadania (Mendes *et al.*, 2021; Brasil, 2017c; Trevisan, 2018). Diante desse contexto de exclusão, torna-se fundamental discutir sobre a produção de dados e as estatísticas oficiais (ou a ausência deles) para a população LGBTQIA+. No entanto, é importante reconhecer que, embora essa produção seja essencial para a compreensão das desigualdades e experiências dessa população, sua incorporação às estatísticas oficiais envolve desafios significativos, especialmente no que se refere à tradução de dimensões complexas e dinâmicas em variáveis mensuráveis.

Os conceitos mobilizados nesta seção impõem desafios diretos à sua operacionalização em termos estatísticos e tensionam modelos tradicionais de mensuração, historicamente baseados em classificações binárias. A complexidade, a fluidez, a multiplicidade de experiências e a sensibilidade dessas dimensões exigem não apenas inovações metodológicas nos instrumentos de coleta, mas também uma reflexão crítica sobre os próprios processos de produção de dados. Nesse sentido, a análise das fontes de dados disponíveis no Brasil e das estratégias adotadas para incorporar (ou não) essas informações torna-se central para compreender os avanços e lacunas na produção de estatísticas sobre a população LGBTQIA+, tema que será desenvolvido na seção seguinte.

## **Fontes de dados e a produção de estatísticas sobre a população LGBTQIA+ no Brasil**

Como contextualização, cabe apresentar brevemente alguns exemplos da experiência latino-americana, especialmente no que se refere à inclusão de quesitos essenciais para a identificação da população LGBTQIA+ em pesquisas domiciliares. De acordo com Cobo *et al.* (2024), alguns países da região vêm demonstrando a viabilidade técnica e a importância social de coletar essas informações de forma estruturada por meio de inquéritos domiciliares e censos demográficos. No Chile, o Ministério de Desarrollo Social y Familia introduziu a temática na Encuesta de Caracterización Socioeconómica Nacional (Casen) em 2015 e, em 2017, incluiu a categoria transgênero (IBGE, 2022). O país adotou uma abordagem metodológica em duas etapas (*two-steps method*), conseguindo identificar especificamente a população transgênero mediante o cruzamento das informações sobre sexo atribuído no nascimento e a identidade de gênero atual (Cobo *et al.*, 2024). Na Colômbia, o Departamento Administrativo Nacional de Estadística (Dane) inseriu a investigação da orientação sexual na Encuesta Nacional de Consumo de Sustancias Psicoactivas (ENCSPA), realizada em 2019 (IBGE, 2022; Cobo *et al.*, 2024).

Argentina e Equador, por sua vez, avançaram na abrangência da coleta ao incluírem questões sobre identidade de gênero em seus respectivos Censos Demográficos de 2022 (Cobo *et al.*, 2024). O censo argentino, também empregando o método em duas etapas, incluiu categorias amplas como “mulher”, “mulher trans/travesti”, “homem”, “homem trans/masculinidade trans”, “não binário” e “outro/nenhuma das opções anteriores”, enquanto o censo equatoriano (também por meio de duas etapas) adotou opções como “masculino”, “feminino”, “trans masculino”, “trans feminina” e “não binário” (Cobo *et al.*, 2024).

No México, o Instituto Nacional de Estatística e Geografía (Inegi) realizou a Encuesta Nacional sobre Diversidad Sexual y de Género (Endiseg) em 2021 (Cobo *et al.*, 2024). O levantamento constituiu a primeira pesquisa nacionalmente representativa, conduzida por um órgão nacional de estatística em um país em desenvolvimento, com o objetivo de identificar pessoas com orientações sexuais e identidades de gênero não normativas. A pesquisa permitiu, ainda, dimensionar de forma inédita a população intersexo (Muñoz; Saavedra; Sansone, 2024).

No Brasil, a produção de estatísticas sobre a população LGBTQIA+ também vem sendo desenvolvida, e esta seção dedica-se à análise das principais fontes de dados disponíveis. A discussão apresentada resulta de uma busca sistematizada na literatura, conduzida por meio de procedimentos de identificação, seleção e análise de referências pertinentes ao tema. A revisão foi estruturada a partir de três etapas principais: leitura de três teses de doutorado em Demografia (De Lena, 2022; Silva, 2021; Silva, 2024) e de um estudo nacional (Suliano *et al.*, 2016) sobre diferenciais no mercado de trabalho entre casais de mesmo sexo e casais de sexo distinto; rastreamento das referências citadas nesses trabalhos, seguido da leitura exploratória das novas fontes identificadas, em um processo iterativo de ampliação do *corpus* bibliográfico; e realização de buscas em repositórios acadêmicos, orientadas por palavras-chave como “orientação sexual”, “LGBTQIA+”, “casais de mesmo sexo” e “nome da fonte de dados”. Ressalta-se que a abordagem parte do campo da Demografia, o que pode limitar a abrangência do mapeamento de fontes alternativas produzidas em outras áreas do conhecimento.

A partir dessas leituras, foram examinadas as fontes indicadas pelos estudos selecionados, considerando como critério de inclusão a presença de quesitos capazes de captar, direta ou indiretamente, informações sobre a população LGBTQIA+ no Brasil. Para tanto, realizou-se análise sistemática de questionários, dicionários de variáveis, manuais e outros materiais técnicos das bases de dados selecionadas. Em seguida, deu-se continuidade ao processo de mapeamento das bases, organizando-as segundo parâmetros analíticos como cobertura, metodologia empregada, confiabilidade, forma de coleta, potencialidades e limitações. A cobertura refere-se à extensão populacional e territorial dos dados; a confiabilidade indica a robustez metodológica e a consistência das informações; e a forma de coleta descreve o método de obtenção desses dados.

As potencialidades referem-se aos atributos que ampliam a utilidade analítica dessas fontes, incluindo a possibilidade de articulação das informações sobre a população LGBTQIA+ com

variáveis sociodemográficas que permitem análises mais abrangentes. As limitações, por sua vez, dizem respeito às fragilidades das bases que dificultam ou restringem a identificação e o estudo dessa população, incluindo ausência de quesitos diretos, subnotificação, cobertura restrita, problemas de preenchimento em registros administrativos e vieses de seleção. O Quadro 1 apresenta a sistematização das principais fontes de informação que permitem capturar, ainda que de forma parcial ou indireta, a população LGBTQIA+. Para a análise, foram consideradas tanto bases oficiais, como as produzidas pelo IBGE e Ministério da Saúde, quanto pesquisas conduzidas por organizações da sociedade civil.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) passou a incluir perguntas sobre uniões homoafetivas a partir do Censo Demográfico de 2010, antecipando-se à legalização da união civil entre pessoas do mesmo sexo. Pela primeira vez, a pesquisa ofereceu dados de abrangência nacional sobre arranjos familiares homoafetivos. No entanto, essa inclusão se deu de maneira limitada, uma vez que contemplava apenas os casais que coabitavam e se identificavam como cônjuges ou companheiros(as) do mesmo sexo, identificados por meio do quesito “condição no domicílio”. Apesar das limitações, a iniciativa representou um marco importante do ponto de vista político e social, pois permitiu reconhecer formalmente a existência desses arranjos e contribuiu para a formulação de políticas públicas voltadas a essa população (Barbosa *et al.*, 2020; De Lena, 2016).

QUADRO 1  
Sistematização das bases de dados com quesitos para capturar a população LGBTQIA+

| Fonte de dados    | Quesitos                                | Cobertura                                           | Confiabilidade                                                                        | Forma de coleta                                                                                           | Potencialidades                                                                                                               | Limitações                                                                                                                       |
|-------------------|-----------------------------------------|-----------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Censo Demográfico | Cônjuge ou companheiro(a) do mesmo sexo | Cobertura nacional e total da população residente   | Metodologia consolidada                                                               | Entrevistas domiciliares presenciais com questionário padronizado                                         | Abrangência nacional com representatividade populacional; permite estimar e comparar casais de mesmo sexo e de sexo diferente | Invisibiliza pessoas LGBTQIA+ não casadas ou sem coabitação; ausência de quesitos sobre orientação sexual e identidade de gênero |
| PNAD Contínua     | Cônjuge ou companheiro(a) do mesmo sexo | Amostra representativa da população brasileira      | Metodologia consolidada                                                               | Entrevistas domiciliares por amostragem probabilística                                                    | Base contínua e comparável no tempo; potencial para análises de mercado de trabalho                                           | Restrição à convivência domiciliar; ausência de identidade de gênero e orientação sexual                                         |
| PNS 2013          | Cônjuge ou companheiro(a) do mesmo sexo | Amostra nacional representativa da população        | Metodologia consolidada e parceria com o Ministério da Saúde                          | Entrevistas domiciliares estruturadas por amostragem probabilística                                       | Estimar e comparar casais de mesmo sexo e de sexo diferente; conjunto amplo de informações de saúde, condições de vida, etc.  | Não contemplou quesitos sobre orientação sexual ou identidade de gênero; invisibilidade LGBTQIA+ que não estão em coabitação     |
| PNS 2019          | Orientação sexual                       | Amostra nacional representativa da população adulta | Estatística experimental. Deve ser usada com cautela, ainda está em fase de avaliação | Pessoas de 18 anos ou mais de idade selecionadas, aleatoriamente, dentre os demais moradores do domicílio | Primeira base nacional com quesito explícito sobre orientação sexual; potencial para análise de desigualdades em saúde        | Ausência de identidade de gênero; necessidade de aprimoramento metodológico; subdeclaração                                       |

continua

continuação

| Fonte de dados                                               | Quesitos                                                                                                             | Cobertura                                                                            | Confiabilidade                                                                                               | Forma de coleta                                                                                                                                                    | Potencialidades                                                                                                                                                                                                         | Limitações                                                                                                                                                                                                                                   |
|--------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| POF                                                          | Cônjuge ou companheiro(a) do mesmo sexo                                                                              | Amostra nacional representativa de domicílios                                        | Metodologia consolidada                                                                                      | Entrevistas domiciliares por amostragem probabilística                                                                                                             | Permite análise do consumo e padrões de despesa entre casais de mesmo sexo e casais de sexo diferente                                                                                                                   | Ausência de quesitos sobre orientação sexual e identidade de gênero; invisibilidade LGBTQIA+ que não estão em coabitação                                                                                                                     |
| Registro Civil                                               | Registro de casamentos entre pessoas do mesmo sexo (desde 2013)                                                      | Abrangência nacional de registros de casamentos                                      | Registros administrativos informados pelos Cartórios de Registro Civil                                       | Coleta administrativa a partir dos cartórios                                                                                                                       | Fonte oficial e contínua sobre casamentos homoafetivos; possibilita análise temporal e regional                                                                                                                         | Exclui uniões estáveis e casais em coabitação não legalmente registrados; ausência de dados sobre orientação sexual e identidade de gênero                                                                                                   |
| CadÚnico                                                     | Cônjuge ou companheiro(a) do mesmo sexo                                                                              | Cobertura nacional das famílias de baixa renda                                       | Moderada, a informação é obtida de forma indireta, a partir da combinação entre sexo e relação de parentesco | Coleta presencial via posto de atendimento do Cadastro Único, por exemplo, via Centro de Referência de Assistência Social (Cras)                                   | Possibilita a identificação indireta de casais do mesmo sexo em uma base de ampla cobertura nacional, especialmente entre a população de baixa renda, permitindo análises territoriais e socioeconômicas desse segmento | Invisibiliza pessoas LGBTQIA+ não casadas ou sem coabitação; ausência de quesitos sobre orientação sexual e identidade de gênero; sujeita a erros de declaração, omissões e subnotificação elevada por medo de não recebimento de benefícios |
| Sinan                                                        | Campo de orientação sexual e identidade de gênero em fichas de notificação de violência interpessoal e autoprovocada | Cobertura nacional de agravos de notificação compulsória                             | Moderada a alta, dependendo da qualidade municipal                                                           | Notificação por profissionais de saúde                                                                                                                             | Casos de violência contra pessoas LGBTQIA+, perfil demográfico da vítima, tipo de violência e características do provável autor da violência                                                                            | Elevado grau de subnotificação, inconsistências no preenchimento; cobertura restrita a casos que chegam ao sistema de saúde                                                                                                                  |
| Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica (Sisab) | Campo de orientação sexual e identidade de gênero na ficha de cadastro individual na atenção básica de saúde         | Cobertura nacional de usuários da atenção básica de saúde do SUS                     | Moderada, dependendo da disponibilidade de resposta pelo usuário                                             | O quesito não era de preenchimento obrigatório pelos profissionais de saúde. A partir de 2024, passou a ser obrigatório, porém, ao usuário é facultativo responder | Possibilita identificar o acesso de pessoas LGBTQIA+ à rede de atenção à saúde, o perfil socioeconômico e demográfico do usuário e estudos voltados à morbidade e às condições de saúde destes usuários                 | Elevado grau de subnotificação devido ao não preenchimento e/ou indisponibilidade de resposta do usuário; a qualidade da informação e/ou cobertura é restrita às pessoas LGBTQIA+ que utilizam a atenção básica de saúde                     |
| Disque 100                                                   | Denúncias referentes a direitos humanos contra pessoas LGBTQIA+                                                      | Cobertura nacional voltada a denúncias de violações de direitos humanos              | Moderada, dependente de denúncias                                                                            | Coleta telefônica e digital de denúncias                                                                                                                           | Permite identificar tipos de violência e de violações de direitos humanos contra pessoas LGBTQIA+                                                                                                                       | Depende da disposição em denunciar; risco de omissões e duplicidades. Elevado grau de subnotificação                                                                                                                                         |
| Pesquisas de ONGs e movimentos sociais                       | Variável de acordo com o escopo das pesquisas                                                                        | Metodologias heterogêneas entre organizações, com variação de abrangência e temática | Variável, pesquisas em jornais e mídias constituem a principal fonte de informações                          | Questionários <i>on-line</i> , entrevistas e coleta em notícias, redes sociais, denúncias anônimas, relatos de ativistas                                           | Abordam dimensões negligenciadas por fontes oficiais; produzem dados qualitativos e sensíveis sobre vivências e violências                                                                                              | Cobertura geográfica e amostral limitada; ausência de representatividade estatística; metodologias heterogêneas entre organizações                                                                                                           |

Fonte: Elaboração própria.

É importante destacar que a captação das informações no Censo Demográfico de 2010 restringiu-se a casais homoafetivos coabitantes em que um dos parceiros fosse identificado como pessoa de referência do domicílio. A identificação desses casais foi realizada com base nas respostas ao quesito sobre “relação de parentesco ou convivência com a pessoa responsável pelo domicílio”, que incluía, pela primeira vez, as opções de “cônjuge ou companheiro(a) de sexo diferente” e “cônjuge ou companheiro(a) do mesmo sexo”. O cruzamento dessas informações com a variável “sexo” permite identificar casais compostos por duas mulheres ou por dois homens (Barnabé, 2017; De Lena; Oliveira; Marcondes, 2016; IBGE, 2011; Suliano; Irffi; Veras, 2014).

Entretanto, o Censo Demográfico de 2010 não contemplou outras configurações familiares, como casais homoafetivos que não coabitam ou em que nenhum dos parceiros é a pessoa de referência. Também não foram contemplados indivíduos solteiros, separados, divorciados ou viúvos que se identificam como homossexuais. Além disso, não foram coletadas informações sobre identidade de gênero ou orientação sexual, inviabilizando a análise mais abrangente sobre a diversidade da população LGBTQIA+. Dessa forma, a designação de casais do mesmo sexo como *gays* ou lésbicas é uma inferência metodológica dos(as) pesquisadores(as), uma vez que não há autodeclaração de identidade ou orientação sexual na pesquisa (De Lena, 2016; De Lena; Oliveira, 2015; Suliano; Irffi; Veras, 2014).

Outra limitação importante refere-se à subenumeração de casais do mesmo sexo em coabitação. Muitos indivíduos optam por não declarar ao recenseador que vivem uma relação homoafetiva, ocultando a informação sobre o(a) parceiro(a) ou classificando-o(a) em outras categorias de parentesco, seja por constrangimento, seja por receio de estigmatização e discriminação. Ainda assim, as estatísticas permitem investigar aspectos como a formação familiar, os casamentos, as características demográficas e socioeconômicas e a inserção no mercado de trabalho, tanto para casais de mesmo sexo quanto para casais de sexos diferentes, desagregando essas informações para a pessoa de referência e/ou seu cônjuge ou companheiro(a) (De Lena, 2016).

Outro ponto a ser considerado é a possível seletividade da amostra de casais do mesmo sexo captados pelo Censo Demográfico de 2010. É provável que as pessoas que declararam viver em união homoafetiva sejam aquelas que enfrentam menor discriminação. Em muitos casos, o empoderamento e a aceitação social estão associados à posição ocupacional e ao capital cultural. Indivíduos LGBTQIA+ podem buscar ocupações que exijam maior qualificação e que se mostrem mais receptivas à diversidade, inserindo-se em redes sociais menos intolerantes. Isso pode favorecer a disposição para assumir publicamente uma relação homoafetiva. Por outro lado, entre indivíduos pertencentes a classes sociais mais vulneráveis, com menor autonomia financeira, fatores como o estigma, o medo e experiências negativas anteriores podem restringir a declaração da convivência com um(a) parceiro(a) do mesmo sexo (Casari; Monsueto; Duarte, 2013; Irigaray; Freitas, 2011; Suliano *et al.*, 2016).

Suliano *et al.* (2016) analisaram os diferenciais de rendimentos entre casais de mesmo sexo e casais de sexo diferente no Brasil, em 2010. No que tange às características socio-demográficas e socioeconômicas, os casais de mesmo sexo apresentaram menor média de idade, maior representação da raça/cor branca, maior porcentagem de união consensual, menor percentual de presença de filhos e maiores rendimentos comparados aos casais de sexo diferente. Entre as hipóteses levantadas para explicar os diferenciais de rendimento, os autores destacam que o menor tamanho das famílias formadas por casais de mesmo sexo pode resultar em menores custos de oportunidade, além de possibilitar maior investimento em capital humano e maior disponibilidade de tempo para as atividades profissionais, o que, consequentemente, pode aumentar os retornos no mercado de trabalho.

Barbosa *et al.* (2020) utilizaram os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) para investigar os diferenciais de rendimento entre casais de mesmo sexo e casais de sexo diferente no Brasil. Os resultados indicam que, entre 2012 e 2018, os casais de mesmo sexo apresentaram maiores taxas de participação no mercado de trabalho, maiores rendimentos médios e menores índices de informalidade em comparação aos casais de sexo diferente. A captação das informações na PNAD Contínua também se dá por meio da variável “condição no domicílio”, que inclui as categorias cônjuge ou companheiro(a) de sexo diferente e do mesmo sexo. No entanto, tal como no Censo Demográfico, os dados se restringem a casais coabitantes, não sendo representativos da totalidade da população LGBTQIA+. A PNAD Contínua também não contempla variáveis sobre identidade de gênero e orientação sexual.

A PNAD Contínua, igualmente conduzida pelo IBGE, tem como objetivo produzir informações sobre a força de trabalho no curto, médio e longo prazos, fornecendo indicadores que possibilitam acompanhar o desenvolvimento socioeconômico do país. Com diferentes periodicidades de divulgação (mensal, trimestral, anual e variável), a pesquisa tem como unidade de investigação o domicílio. Em comparação ao Censo Demográfico, a PNAD Contínua apresenta menor representatividade e limitações quanto à abrangência geográfica, uma vez que se baseia em amostragem probabilística e produz estimativas representativas apenas até o nível das regiões metropolitanas. Apesar dessas limitações, a pesquisa fornece informações atualizadas, seguras sobre casais de mesmo sexo e detalhadas sobre o mercado de trabalho, incluindo dados sobre ocupação, rendimento, informalidade, características demográficas e domiciliares e tempo dedicado ao trabalho não remunerado. Tais dados são valiosos para análises mais amplas sobre desigualdades entre casais de mesmo sexo e de sexo diferente no Brasil.

A Pesquisa Nacional de Saúde (PNS), realizada pelo IBGE em parceria com o Ministério da Saúde, é um levantamento amostral de base domiciliar, de abrangência nacional, com periodicidade quinquenal. Seu objetivo principal é produzir dados sobre a situação de saúde da população brasileira, incluindo acesso e utilização dos serviços de saúde (IBGE, 2020; Stopa *et al.*, 2020). A primeira edição da PNS foi realizada em 2013, com o intuito de ampliar e assegurar a continuidade da coleta de dados e monitoramento sobre a temática

da saúde no país, visto que o tema já vinha sendo contemplado anteriormente em suplementos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) até 2008. Devido a atrasos no planejamento e execução, a segunda edição foi realizada em 2019. Entre os principais temas investigados pela PNS estão informações do domicílio, características gerais dos moradores, educação, trabalho e rendimento, condições de saúde da população, estilos de vida, desempenho do sistema de saúde, percepção do estado de saúde, violência, acidentes, doenças crônicas e fatores de risco associados (IBGE, 2020).

Suliano, Jesus Filho e Irffi (2021) utilizaram os dados da PNS para analisar os diferenciais de rendimento entre homens e mulheres em uniões homoafetivas e heterossexuais. Os autores observaram que os cônjuges em casais de mesmo sexo apresentavam, em média, maior número de horas trabalhadas por semana, maior renda e maior escolaridade em comparação aos cônjuges de casais heterossexuais. A edição da PNS de 2013, assim como as demais pesquisas mencionadas, permite extrair informações por meio do quesito “condição no domicílio”, que inclui as categorias “cônjuge ou companheiro(a) de sexo diferente” e “cônjuge ou companheiro(a) do mesmo sexo”. Dessa maneira, a pesquisa também não fornece informações sobre identidade de gênero e orientação sexual. Apesar disso, seus dados sobre saúde e condições de vida são relevantes para análises e formulação de políticas públicas.

Diante das limitações impostas pela PNS de 2013 no que se refere à ausência de informações diretas sobre orientação sexual e identidade de gênero, Jomar *et al.* (2021) recorreram a variáveis alternativas da base para estimar a prevalência de discriminação por orientação sexual nos serviços de saúde brasileiros. Especificamente, utilizaram a variável X02506 do módulo de atendimento médico, que perguntou se a pessoa entrevistada “já se sentiu discriminado(a) ou tratado(a) pior do que as outras pessoas no serviço de saúde, por algum médico ou outro profissional de saúde por preferência sexual”. Os autores assumem que é improvável que pessoas heterossexuais relatem esse tipo de discriminação, dada a hegemonia da heteronormatividade como padrão socialmente aceito. Assim, consideram que os relatos indicam experiências vividas por indivíduos pertencentes a minorias sexuais.

Na edição mais recente da PNS, realizada em 2019, novos<sup>1</sup> módulos de investigação foram incluídos na pesquisa, a saber: paternidade e pré-natal do parceiro; doenças transmissíveis; atividade sexual; relações e condições de trabalho; e atendimento médico na Atenção Primária de Saúde (APS) (IBGE, 2020, 2022). No módulo de atividade sexual, a inclusão da variável de orientação sexual, pela primeira vez em uma pesquisa domiciliar do IBGE, representa um importante avanço nas fontes de dados oficiais e na produção de estatísticas sobre a população LGBTQIA+ no Brasil. A incorporação dessa temática na PNS possibilita o aprofundamento de estudos que explorem aspectos relacionados à orientação sexual, ao mercado de trabalho e à saúde dessa população.

<sup>1</sup> Para mais detalhes sobre os módulos dos questionários aplicados na PNS de 2013 e na PNS de 2019, ver IBGE (2020, p. 10).

As informações sobre a orientação sexual da população adulta, com 18 anos ou mais, foram divulgadas em caráter experimental pelo IBGE em 25 de maio de 2022 (Nogueira, 2022). Devido às limitações e aos desafios envolvidos no processo de coleta, essas informações permanecem sob avaliação, uma vez que ainda não atingiram grau completo de maturidade, no que tange à harmonização, à metodologia aplicada e/ou à cobertura. Ainda assim, sua inclusão representa um avanço importante, visto que, até então, as informações disponíveis no Censo Demográfico, nas pesquisas domiciliares e no registro civil captavam apenas os casais de mesmo sexo em coabitação (IBGE, 2022).

No módulo de atividade sexual, a informação sobre a orientação sexual foi obtida por meio da autoidentificação pela pessoa selecionada aleatoriamente entre os moradores do domicílio. Durante a entrevista, buscou-se garantir a privacidade da pessoa entrevistada para responder ao módulo de atividade sexual. Os entrevistadores foram orientados a oferecer, caso fosse do seu interesse, a possibilidade de a própria pessoa preencher as respostas diretamente no dispositivo eletrônico. No entanto, na maioria dos casos, foram os entrevistadores que registraram as respostas referentes ao quesito de orientação sexual e aos demais módulos sensíveis da pesquisa. No questionário da pesquisa, as categorias de resposta disponíveis eram: heterossexual; bissexual; homossexual; outra orientação sexual; não sabe; e recusou-se a responder. O recenseador formulava a pergunta “qual é sua orientação sexual?” e não havia uma resposta espontânea, as categorias eram lidas e, caso necessário, explicadas individualmente (IBGE, 2022).

Entre as principais limitações da captação da temática na PNS de 2019, merece destaque a dificuldade no entendimento, por parte da população, particularmente entre pessoas menos escolarizadas, de alguns termos adotados na pesquisa, tais como orientação sexual e homossexual. O documento divulgado sobre a temática aponta que, em pesquisas futuras da PNS, a utilização dos termos “*gay*” e “*lésbica*”, em vez de homossexual, poderia facilitar a compreensão da população e gerar melhores resultados. Outras limitações igualmente relevantes referem-se ao viés de resposta e à seletividade da amostra. Devido ao estigma social que ainda carregam as pessoas que não se encaixam nos padrões heteronormativos, o medo de sofrer discriminação ou violência pode gerar receio na autoidentificação e revelação da orientação sexual. Dessa forma, a pessoa entrevistada pode ocultar sua verdadeira orientação sexual e declarar aquela que considera mais socialmente aceita. Na pesquisa, o percentual de pessoas que se recusaram a responder ou declararam não saber sua orientação sexual foi elevado entre aquelas com baixos níveis de instrução.

A subnotificação constitui, portanto, uma preocupação e limitação nas pesquisas que utilizam a autoidentificação da orientação sexual. Segundo os resultados do relatório da pesquisa, na amostra coletada, apenas 1,2% das pessoas se declararam como homossexuais, 0,7% bissexuais e 3,5% não sabiam, não quiseram responder ou declararam ter outra orientação sexual. No que tange aos rendimentos, observou-se que as maiores porcentagens de pessoas que se declararam ser homossexual ou bissexual estavam concentradas nas classes de rendimento domiciliar *per capita* mais elevadas (IBGE, 2022). Uma

possível explicação para esse resultado é que pessoas com rendimentos mais elevados, em razão de sua posição socioeconômica, sentem-se mais empoderadas e confortáveis para declarar sua orientação sexual. Em contrapartida, indivíduos menos abastados podem enfrentar maiores obstáculos e, por isso, podem vir a esconder sua orientação sexual para o entrevistador, família, amigos e/ou sociedade (Casari; Monsueto; Duarte, 2013; Drydakis, 2009; Suliano *et al.*, 2016).

Entre as potencialidades dessa fonte de informação, destacam-se o ineditismo e a relevância social dos dados produzidos, que contribuem para o planejamento e a formulação de políticas públicas mais inclusivas. Além disso, a pesquisa possibilita o desenvolvimento de estudos voltados à caracterização desse grupo populacional, bem como ao monitoramento de desigualdades, vulnerabilidades e garantias de direitos. Ademais, apesar das limitações, a divulgação desses dados representa um passo importante para ampliar a visibilidade social das pessoas homossexuais, bissexuais e de outras orientações sexuais (Carvalho; Barreto, 2021; IBGE, 2022). No entanto, uma parcela expressiva da comunidade LGBTQIA+ permanece invisibilizada, especialmente as pessoas trans e outras identidades de gênero. Isso ocorre porque a variável sobre identidade de gênero não foi incluída na edição de 2019 da PNS, permanecendo ausente das estatísticas oficiais (IBGE, 2022).

No âmbito das pesquisas domiciliares do IBGE, temos ainda a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), que fornece informações sobre a composição do consumo, dos gastos e dos rendimentos, além de parte da variação do patrimônio das famílias. Desse modo, tem como objetivo mensurar as estruturas de consumo familiar e, a partir da análise dos orçamentos domésticos, possibilitar a caracterização das condições de vida da população brasileira. A pesquisa abrange variáveis relativas às características dos domicílios e das famílias, à autoavaliação da qualidade de vida, às diferenças regionais e à situação urbana e rural. Realizada por amostragem probabilística, com periodicidade quinquenal, a POF adota como unidades de análise a pessoa, o domicílio e a família.

Na edição de 2017-2018, os resultados foram produzidos para o Brasil, grandes regiões e unidades da federação, além de contemplarem o total do país segundo áreas urbanas e rurais. No que se refere à produção de dados sobre a população LGBTQIA+, as informações disponíveis restringem-se à “condição na unidade de consumo”. A pesquisa identifica o grau de parentesco ou a natureza da relação existente entre o morador e a pessoa de referência da unidade de consumo, por meio das categorias: “cônjuge ou companheiro(a) de sexo diferente” e “cônjuge ou companheiro(a) do mesmo sexo”. De forma semelhante ao Censo Demográfico, à PNAD Contínua e à PNS de 2013, a POF não disponibiliza informações sobre orientação sexual e identidade de gênero.

Cabe destacar outras três pesquisas realizadas pelo IBGE, de acordo com Cobo *et al.* (2024), que incorporaram, de forma experimental, informações sobre orientação sexual e identidade de gênero: Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde (PNDS) de 2023, em parceria com a Secretaria de Atenção Primária à Saúde (Saps) do Ministério da Saúde; testes realizados na PNAD Contínua; e testes no Censo sobre população em situação de

rua (Cobo *et al.*, 2024). Contudo, até o momento da elaboração deste artigo, os dados não haviam sido divulgados e, por esse motivo, não estão listados no Quadro 1.

Com o reconhecimento legal do casamento civil entre pessoas do mesmo sexo no Brasil, em 2011, pelo Supremo Tribunal Federal (STF), e a posterior regulamentação dessa decisão pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em 2013, por meio da Resolução nº 175, que determinou a obrigatoriedade de os cartórios realizarem casamentos civis entre pessoas do mesmo sexo (Barnabé, 2017; Irineu; Oliveira, 2021; Solidarity Center; CUT, 2021), os dados do Registro Civil passaram a constituir uma nova fonte de informações sobre a população LGBTQIA+. Os dados coletados referem-se aos casamentos entre pessoas do mesmo sexo e entre pessoas de sexos opostos. Segundo as Estatísticas do Registro Civil, em 2023 foram registrados 929.601 casamentos entre cônjuges de sexos diferentes, 4.175 entre cônjuges masculinos e 7.023 entre cônjuges femininos.

Os dados do Registro Civil apresentam uma limitação importante em relação às pesquisas domiciliares, pois não incluem casais em coabitação, considerando apenas os casamentos legalmente registrados (De Lena *et al.*, 2023). Dessa forma, embora o Registro Civil tenha papel fundamental no registro e monitoramento de eventos vitais, sua base de dados, por natureza, não oferece uma representação abrangente da realidade conjugal brasileira. Essa limitação é especialmente relevante em um contexto de transformações das estruturas familiares, em que a união consensual supera o casamento no civil e religioso. Tal limitação impõe desafios às análises demográficas e sociais das famílias, exigindo pesquisas complementares para analisar a diversidade das formas de constituição familiar contemporânea.

O Cadastro Único (CadÚnico) é um sistema de coleta de informações das famílias brasileiras de baixa renda, que necessitam de políticas públicas direcionadas. Os dados coletados permitem identificar e caracterizar essas famílias, inclusive a identificação indireta de casais do mesmo sexo, pela combinação da informação de sexo e relação de parentesco, uma vez que o questionário inclui quesitos que investiga o sexo de cada componente da família e a relação de parentesco de cada membro da unidade familiar com o responsável pela unidade. Essa base apresenta as mesmas limitações das demais fontes de dados em termos de registros, particularmente quanto à subnotificação. Nesse caso, pode haver receio, por parte das famílias, de declarar determinadas informações sobre sua composição familiar, em virtude da possibilidade de discriminação ou da percepção de que a declaração de uma união homoafetiva poderia, eventualmente, “impedir” o acesso a algum benefício social.

No âmbito Ministério da Saúde, destaca-se o Sistema de Informações de Agravos de Notificação (Sinan), responsável pelo registro das notificações e investigações de casos de doenças e agravos de notificação compulsória. A coleta e o registro dos dados ocorrem por meio de formulários padronizados, preenchidos pelas unidades assistenciais para cada paciente, sempre que é identificado um caso suspeito ou confirmado de alguma das diversas condições de notificação obrigatória no sistema de saúde. Entre os agravos e

doenças de notificação, a ficha individual de notificação de casos de violência interpessoal e autoprovocada inclui a coleta de informações sobre a orientação sexual e a identidade de gênero das vítimas de violência (De Lena *et al.*, 2023; Leal *et al.*, 2018).

Essa ficha reúne dados gerais sobre o agravo e a unidade notificadora, informações do paciente (como nome, idade, sexo, condição de gestante, raça/cor e escolaridade), dados de residência, além de informações complementares relativas à pessoa atendida, à ocorrência, ao tipo de violência (física, psicológica, tortura, sexual, etc.) e ao provável autor da violência. No módulo “dados da pessoa atendida”, o campo “orientação sexual” apresenta as seguintes categorias de resposta: heterossexual, homossexual (*gay*/lésbica), bissexual, não se aplica e ignorado. Já no campo “identidade de gênero”, as categorias disponíveis são: travesti, mulher transexual, homem transexual, não se aplica e ignorado.

Segundo dados do Sinan, obtidos por meio de consulta ao Painel<sup>2</sup> de Violência Interpessoal/Autoprovocada, do Ministério da Saúde, referentes a 2024, foram notificados 17.235 casos de violência em que a orientação sexual das vítimas era homossexual ou bissexual. Desse total, 12.819 notificações referem-se a pessoas homossexuais e 4.416 a bissexuais. Em relação à natureza da violência, 68% dos casos corresponderam à violência física, 19% à violência sexual e 11% à violência psicológica ou moral. Quanto ao meio de agressão, observou-se que 36% envolveram força corporal ou espancamento, 24% envenenamento ou intoxicação e 14% o uso de objeto cortante. No que se refere à identidade de gênero, foram registradas 8.715 ocorrências de violência, das quais 5.284 tinham como vítimas mulheres transexuais, 2.375 homens transexuais e 1.056 travestis. A análise da natureza da violência mostra que a maioria das vítimas (73%) sofreu violência física, enquanto 12% foram vítimas de violência psicológica ou moral, 12% de violência sexual e 3% de negligência ou abandono. Entre as pessoas travestis e transexuais, o meio de agressão mais recorrente foi a força corporal ou espancamento (40%), seguido de envenenamento ou intoxicação (20%) e uso de objeto cortante (13%). Esses dados evidenciam a persistência de um cenário estrutural de violência e discriminação contra a população LGBTQIA+, especialmente contra travestis e pessoas transexuais, em um contexto marcado pela permanência de padrões de gênero heteronormativos (Benevides, 2023; Butler, 2019).

Outra fonte de informação disponibilizada pela atuação do Ministério da Saúde é o Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica (Sisab), que incluiu os quesitos de orientação sexual e identidade de gênero na Ficha de Cadastro Individual (FCI) da Atenção Básica em 2013, representando um marco inicial na incorporação dessas dimensões nos sistemas de informação em saúde no Brasil. Tal iniciativa constituiu um desdobramento direto da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, instituída pela Portaria nº 2.836/2011, que estabeleceu diretrizes para a promoção da equidade no SUS e a superação das desigualdades no acesso e na qualidade

<sup>2</sup> Interface de tabulação de dados agregados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação, acessível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/svsa/cnie/painel-violencia-interpessoal-autoprovocada>.

da atenção à saúde dessa população (Brasil, 2011). Inicialmente, os campos referentes a essas informações foram incorporados à ficha de cadastro, mas com preenchimento facultativo aos profissionais de saúde, o que limitava sua efetiva utilização para fins de planejamento e monitoramento. Posteriormente, a Portaria nº 2.436/2017, que instituiu a nova Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), reforçou a diretriz de não discriminação nos serviços de saúde, vedando qualquer forma de exclusão baseada em orientação sexual ou identidade de gênero e reiterando a importância da coleta dessas informações para o planejamento em saúde (Brasil, 2017).

De acordo com o Ministério da Saúde, até abril de 2023, período em que as informações sobre orientação sexual e identidade de gênero ainda não eram de preenchimento obrigatório, o Sisab registrava apenas 258.523 cadastros individuais de pessoas lésbicas, *gays*, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT), correspondendo a somente 0,15% dos cadastros de pessoas vinculadas à Atenção Básica de Saúde. Esse percentual extremamente baixo de registros evidencia a elevada incompletude dessas informações e sugere a ocorrência de importante subnotificação.

Em 2024, observou-se uma mudança substantiva na ficha de cadastro individual da Atenção Básica, com a obrigatoriedade do preenchimento, pelos profissionais da saúde, dos campos referentes à orientação sexual e identidade de gênero. A declaração das informações, contudo, permanece facultativa para o usuário, além de terem sido ampliadas e detalhadas as categorias de resposta. No que tange à orientação sexual, as categorias passaram a incluir: heterossexual, *gay*, lésbica, bissexual, assexual, pansexual e outro. Em relação à identidade de gênero, as opções são: homem cisgênero, mulher cisgênero, não binário, assexual e pansexual (Brasil, 2024). Ademais, a partir de julho de 2024, o Ministério da Saúde passou a permitir a atualização dessas informações diretamente pelos usuários, por meio do aplicativo Meu SUS Digital, fortalecendo o princípio da autodeclaração e contribuindo para maior precisão e legitimidade dos dados registrados (Brasil, 2024). Como essas informações ainda permanecem de acesso restrito, não foram encontrados estudos com os dados mais recentes, após a obrigatoriedade de preenchimento dos quesitos de identidade de gênero e orientação sexual.

Embora se observe um avanço técnico relevante, marcado pela padronização, integração e obrigatoriedade da coleta por autodeclaração, a qualidade final das informações sobre identidade de gênero e orientação sexual no SUS ainda é condicionada por fatores socioculturais e institucionais, que limitam a completude e a precisão desses registros (Brasil, 2024; Canavese *et al.*, 2022; Miskolci *et al.*, 2022; Oliveira, 2022).

Outra fonte de informações é o Disque 100 (Disque Direitos Humanos), serviço do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania que tem por objetivo receber, analisar e encaminhar aos órgãos competentes denúncias relacionadas a violações de direitos humanos. Considerado um serviço de “pronto-socorro” dos direitos humanos, o Disque 100 opera por meio de discagem direta e gratuita, funcionando 24 horas por dia, inclusive aos sábados, domingos e feriados. Qualquer pessoa pode relatar casos de violação

de direitos humanos de que tenha sido vítima ou sobre os quais possua conhecimento. O serviço divulga informações referentes a denúncias de violações de direitos humanos relacionadas a diferentes grupos, como crianças e adolescentes, pessoas idosas, pessoas com deficiência, pessoas em privação de liberdade, população LGBTQIA+, pessoas em situação de rua, entre outros (De Lena *et al.*, 2023).

É necessário destacar, ainda, algumas limitações dessas bases de dados. O Sinan e o Disque 100 contemplam, respectivamente, apenas os casos de violência que foram formalmente notificados e registrados e as violações de direitos humanos que foram objeto de denúncia. Em outras palavras, ambas as bases apresentam elevado grau de subnotificação, uma vez que muitos episódios de violência e violações de direitos não chegam a ser registrados. Essa limitação reflete a presença de múltiplas barreiras institucionais e sociais, entre as quais se destacam a necessidade de capacitação dos profissionais para o reconhecimento de situações de violência, a deficiência nos serviços de saúde para apoio efetivo às vítimas, a falta de acesso à informação e de conscientização acerca da importância da denúncia, as condições de vulnerabilidade das vítimas, o medo de retaliação, bem como a naturalização de determinadas formas de violência em uma sociedade ainda profundamente marcada pelo conservadorismo e machismo.

Diante da escassez de dados oficiais, o movimento LGBTQIA+ historicamente assumiu funções que deveriam ser atribuídas ao Estado, especialmente no que tange à produção e divulgação de informações. Desde 1980, o Grupo Gay da Bahia (GGB) elabora relatórios com dados sobre homicídios e suicídios de pessoas LGBTI+ no Brasil. Esses relatórios reúnem informações sobre perfil demográfico (faixa etária, raça/cor), situação socioeconômica (ocupação), causas e localizações das mortes, além de dados sobre orientação sexual e identidade de gênero. A coleta é realizada por meio de notícias veiculadas na imprensa, pesquisas em redes sociais, denúncias anônimas e relatos de militantes (Acontece; Antra; ABGLT, 2022; Gastaldi *et al.*, 2021; Mendes; Silva, 2020; Oliveira; Mott, 2020; Trevisan, 2018).

Cabe salientar que esses dados registrados pelo GGB, oriundos de fontes de informação não governamentais, também apresentam subnotificação de casos. Acredita-se que os casos de homicídios e suicídios de pessoas LGBTQIA+ no país são muito maiores do que aqueles documentados nos relatórios. Apesar dessas limitações metodológicas e de não se tratar de uma estatística oficial, os dados produzidos são social e politicamente relevantes para denunciar as violências, desigualdades, apagamentos e invisibilidade desse grupo populacional. Também desempenham papel importante na luta da comunidade LGTBQIA+ por direitos, visibilidade, respeito e políticas públicas efetivas. Adicionalmente, constituem uma estratégia alternativa desenvolvida por movimentos, coletivos, ONGs e sociedade civil em resposta à ausência de produção de dados oficiais (Acontece; Antra; ABGLT, 2022; Gastaldi *et al.*, 2021; Benevides; Nogueira, 2021; Mendes *et al.*, 2021; Mendes; Silva, 2020; Oliveira; Mott, 2020; Trevisan, 2018).

Mendes e Silva (2020) analisaram espacialmente as características dos homicídios de pessoas LGBT no Brasil, no período de 2002 a 2016. Para tanto, utilizaram dados

provenientes dos registros de homicídios de pessoas LGBT documentados pelo Grupo Gay da Bahia (GGB). Os principais resultados mostram que os espaços onde se verifica maior incidência de homicídios são as vias públicas e as residências particulares das pessoas LGBT. Quanto às armas utilizadas nos crimes, os autores observaram que, entre homens homossexuais, as mortes eram mais frequentemente provocadas por armas brancas, enquanto entre pessoas transgênero predominavam armas de fogo. Também verificaram que parcela das vítimas (39,3% homossexuais e 26,7% transgêneros) sofreu espancamento, asfixia e outras formas de mortes violentas, como pauladas, tortura, apedrejamento, decapitação, entre outras. No que tange às características demográficas, a maioria das vítimas era de raça/cor branca ou parda e possuía entre 20 e 49 anos de idade. Destaca-se, particularmente, a elevada concentração de vítimas jovens entre as pessoas transgênero: 76,3% tinham entre 20 e 39 anos. Esses apontamentos sugerem que os homicídios contra as pessoas da comunidade LGBT podem ser caracterizados como crimes de ódio, um grave problema de saúde pública que precisa ser enfrentado.

A Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra) segue metodologia semelhante para a elaboração de seus dossiês anuais sobre assassinatos e violências contra pessoas trans. A coleta baseia-se em fontes primárias, como registros do Disque 100, do Sinan, órgãos de segurança pública, processos judiciais e casos publicados em jornais e mídias, e em fontes secundárias, como relatos de ativistas, redes sociais e instituições parceiras. Em razão das dificuldades de acesso a inquéritos, da ausência de arquivamento digital e/ou da subnotificação nos registros dos órgãos públicos, as pesquisas em jornais e mídias constituem a principal fonte de informações. Todos os dados são submetidos a análises, cruzamentos e verificação até serem incluídos no banco de dados da Antra e, posteriormente, passam por revisões individuais e buscas complementares com intuito de atualizar informações sobre os casos (prisão dos suspeitos, identificação da vítima, etc.) (Benevides, 2023).

Os dossiês elaborados pelo movimento evidenciam que a epidemia da transfobia permanece ativa no Brasil (Benevides, 2023). Segundo os dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra), em 2020, o país registrou 175 assassinatos de pessoas transgêneros, sendo essas vítimas travestis ou mulheres trans. No referido ano, o número de assassinatos ficou acima da média histórica em termos absolutos (Benevides; Nogueira, 2021). Na edição mais recente, a pesquisa anual realizada pela Antra denunciou 151 mortes de pessoas transgêneros no país, em 2022. Desse total, 131 pessoas foram vítimas de assassinatos e 20 cometeram suicídio. Entre as vítimas cuja atividade ocupacional pôde ser identificada, pelo menos 54% dos assassinatos registrados foram de mulheres trans e travestis profissionais do sexo. Na prostituição de rua, essas pessoas estão diariamente mais expostas a estigmatização, vulnerabilidade, transfobia, criminalização e violência de gênero, em um contexto marcado pela discriminação associada à identidade de gênero e pela ausência de oportunidades, direitos, segurança e políticas públicas (Benevides, 2023).

Desde 2016, o coletivo VoteLGBT tem produzido dados sobre a população LGBT+ por meio de questionários aplicados nas Paradas do Orgulho LGBT+ em capitais do Sudeste. O objetivo é produzir informações sobre a comunidade e compreender como pautas sociais e políticas são vistas pelas pessoas LGBT+ participantes desses eventos. Em 2022, com a retomada desses eventos após a pandemia de Covid-19, o grupo realizou coletas em São Paulo, Florianópolis, Belo Horizonte e Rio de Janeiro. O questionário investigou variáveis demográficas e socioeconômicas, além de temas como insegurança alimentar, saúde, comportamento eleitoral e posicionamentos políticos. Nas quatro capitais foram coletadas 2.309 respostas durante as Paradas. Após a limpeza inicial e análise de consistência, considerando apenas as pessoas LGBT+, 2.190 respostas foram consolidadas e utilizadas para a produção de relatório com a divulgação da pesquisa (VoteLGBT, 2023).

O relatório de pesquisa mostra que, em 2022, seis a cada dez pessoas entrevistadas se autodeclararam solteiras. Quanto à composição da amostra nas quatro Paradas, aproximadamente metade das pessoas entrevistadas era composta por adultos jovens, com idade entre 20 e 29 anos. A maioria tinha o ensino médio completo ou nível de escolaridade superior e auferia entre 1 e 2 salários mínimos. Por sua vez, o quesito de autodeclaração racial apresentou variações entre as Paradas. Em Florianópolis, a maioria das pessoas entrevistadas se declarou branca; em Belo Horizonte, predominou a autodeclaração como negra; e, em São Paulo e no Rio de Janeiro, observou-se uma participação relativamente equilibrada entre os grupos de brancos, pretos, pardos e indígenas. Adicionalmente, os dados coletados indicaram que uma em cada cinco pessoas entrevistadas da comunidade LGBTQIA+ nas Paradas já recebeu diagnóstico de depressão, e três em cada dez foram diagnosticadas com ansiedade (VoteLGBT, 2023).

Embora as pesquisas produzidas pelos movimentos sociais da comunidade LGBTQIA+ contribuam de forma significativa para a compreensão da composição desse grupo populacional, assim como para tensionar as agendas oficiais de produção de dados, deve-se ressaltar que tais iniciativas apresentam limitações a serem consideradas. Por não constituírem bases de dados oficiais, essas pesquisas tendem a apresentar elevada subenumeração e restrições quanto à representatividade da população. Isso ocorre porque os movimentos sociais não dispõem da capacidade material, técnica e institucional necessária para realizar grandes levantamentos de dados, como os conduzidos por órgãos oficiais de estatística, a exemplo do IBGE (De Lena *et al.*, 2023). Ademais, a ausência de recursos financeiros, de infraestrutura e de metodologias padronizadas limita a comparabilidade e a abrangência dos dados produzidos.

No entanto, os desafios metodológicos e os riscos de sub-representação não se restringem às fontes não oficiais, mas também atravessam o próprio sistema estatístico formal. Embora essas fontes possam oferecer informações relevantes, sua utilização enfrenta limitações metodológicas. Entre elas, destacam-se a dificuldade de coleta desse tipo de informação, em razão do contexto de discriminação da população LGBTQIA+, a dificuldade da elaboração dos quesitos para captar adequadamente a diversidade do grupo, a ausência

de cobertura e representatividade populacional, a subnotificação, a falta de padronização na coleta e sistematização das informações e, mais especificamente, os possíveis vieses de seleção decorrentes da natureza voluntária das informações coletadas, notificadas e/ou registradas.

É importante destacar que a inclusão de um quesito em uma pesquisa de base populacional e/ou em um censo envolve uma complexidade de questões que atravessam dimensões metodológicas, disputas políticas, planejamento e até a disponibilidade orçamentária. A elaboração de uma única pergunta, por exemplo, exige uma série de decisões técnico-metodológicas que demandam estudos preliminares, testes cognitivos e de campo, avaliações sucessivas e contínuo refinamento até que se estabeleçam a melhor forma de coletar a informação, o número adequado de categorias de resposta e a nomenclatura mais apropriada (Cobo *et al.*, 2024; Westbrook; Saperstein, 2015).

Além disso, há relevantes desafios na coleta de informações pessoais e sensíveis em pesquisas domiciliares, especialmente no que diz respeito à definição, investigação e operacionalização das distintas dimensões da orientação sexual (autoidentificação, comportamento sexual e atração sexual). Cada uma dessas dimensões possui implicações específicas para o desenho da pesquisa, a forma de abordagem dos respondentes e a comparabilidade dos dados, impactando diretamente as estimativas do tamanho da população pertencente às minorias sexuais (Dahlhamer *et al.*, 2014; IBGE, 2022; Geary *et al.*, 2018; Westbrook, Budnick; Saperstein, 2022).

De maneira semelhante, persistem desafios significativos para captar informações sobre sexo e gênero em pesquisas de base populacional. Esses desafios exigem revisões conceituais, ajustes no desenho dos estudos, aprimoramentos operacionais e a incorporação de novas ferramentas metodológicas que permitam gerar estimativas mais confiáveis e sensíveis à diversidade de identidades de gênero. Dessa forma, o processo de inclusão de novos quesitos vai muito além de um procedimento técnico, envolvendo escolhas conceituais e políticas que moldam a produção estatística e, consequentemente, a visibilidade social de diferentes grupos populacionais (Cobo *et al.*, 2024; Ridgeway; Saperstein, 2024). Nossas fontes oficiais de informação ainda estão em processo de evolução na incorporação e aprimoramento das variáveis que identifiquem e caracterizem esse grupo populacional, e esperamos avanços.

## Considerações finais

As transformações demográficas e sociais e os avanços no reconhecimento de direitos civis não têm sido suficientes para impedir a discriminação, a exclusão e a marginalização de pessoas dissidentes do padrão normativo. Essa exclusão também se manifesta na produção de dados oficiais, historicamente marcada por um apagamento estatístico que revela a persistência de uma marginalização institucional voltada à invisibilização de corpos dissidentes. Este estudo buscou realizar um mapeamento das principais fontes de

dados disponíveis no Brasil que incluem quesitos voltados à coleta de informações sobre a população LGBTQIA+.

O aumento do número de casais homoafetivos e o fortalecimento das lutas da população LGBTQIA+ por reconhecimento, respeito e garantia de direitos têm despertado crescente interesse acadêmico em temas como formação familiar, casamento e intenção reprodutiva, entre outras temáticas. No entanto, o mapeamento realizado evidenciou que a maioria das pesquisas de base populacional (como o Censo Demográfico, as pesquisas domiciliares e registros civis) ainda restringe a coleta de informações aos casais de mesmo sexo em coabitação, sem contemplar dados sobre orientação sexual e identidade de gênero.

Embora a inclusão de casais de mesmo sexo nas estatísticas oficiais represente um avanço em um contexto historicamente estruturado por normas patriarcais, machistas e heteronormativas, é imprescindível que se avance para além dessa limitação. Em uma conjuntura marcada por rápidas transformações sociais, demográficas e políticas, torna-se insuficiente restringir a coleta de dados apenas ao sexo biológico.

Ainda assim, é oportuno ressaltar que a incorporação de quesitos enfrenta desafios substanciais. Trata-se de um processo complexo que envolve questões metodológicas, disputas políticas, disponibilidade orçamentária, capacitação das equipes de campo, avaliações sucessivas dos instrumentos de coleta e a garantia de confidencialidade na produção e tratamento dos dados. Estudos evidenciam que a forma como as perguntas são formuladas, a terminologia empregada, o modo de abordagem e até a ordem das questões afetam significativamente a qualidade das respostas, podendo gerar sub ou superestimativas das populações LGBTQIA+.

As informações nos sistemas de saúde e a melhoria na sua coleta também são fundamentais para compreender as características sociais, demográficas e econômicas da população LGBTQIA+ usuária dos serviços. A partir delas, é possível diminuir as iniquidades e vulnerabilidades de acesso à saúde e avançar na implementação e no monitoramento de indicadores da Política Nacional de Saúde Integral LGBT.

Diante da insuficiência de dados oficiais, organizações não governamentais têm assumido historicamente o papel de registrar e divulgar informações sobre a população LGBTQIA+. Grupos como a Antra e o Grupo Gay da Bahia produzem regularmente relatórios sobre homicídios e suicídios de pessoas LGBTQIA+, com base em monitoramento de notícias, redes sociais e denúncias recebidas. O coletivo VoteLGBT também tem contribuído com a produção de dados sobre a população LGBTQIA+ por meio de pesquisas aplicadas durante as Paradas do Orgulho LGBT+ em capitais como São Paulo, Florianópolis, Belo Horizonte e Rio de Janeiro, abordando temas como características demográficas, insegurança alimentar e condições de saúde. Apesar de sua relevância social e política, esses levantamentos enfrentam desafios metodológicos, como a subnotificação, a falta de padronização, a cobertura geográfica e amostral limitada e a ausência de representatividade estatística para o conjunto da população LGBTQIA+.

Em resposta às crescentes reivindicações, o IBGE incorporou, na PNS de 2019, um quesito específico sobre orientação sexual, produzindo, pela primeira vez em uma pesquisa domiciliar do Instituto, estimativas de abrangência nacional baseadas na autodeclaração de pessoas adultas. A informação foi obtida por meio da autoidentificação de uma pessoa adulta selecionada aleatoriamente entre os moradores do domicílio, estratégia metodológica alinhada às diretrizes internacionais de coleta de dados sensíveis. Contudo, a variável identidade de gênero ainda não foi incorporada ao escopo investigativo, o que evidencia uma lacuna significativa para a compreensão ampliada das vivências da população LGBTQIA+ no país.

Apesar de representarem um marco na produção de estatísticas oficiais sobre orientação sexual, os dados da PNS de 2019 foram divulgados como estatísticas experimentais, ainda em processo de avaliação quanto à metodologia, cobertura e harmonização. Essa classificação em uma pesquisa complexa suscita importantes reflexões críticas. Por um lado, sinaliza o compromisso institucional com a transparência metodológica, ao reconhecer os desafios inerentes à mensuração de temas sensíveis permeados por estigma social. Por outro, evidencia a deficiência na consolidação dessas informações no sistema estatístico nacional, o que implica perdas importantes, como a redução da representatividade, o comprometimento da comparabilidade estatística e a limitação da capacidade de generalização dos resultados e da capacidade de subsidiar políticas públicas efetivas. No plano político, essa classificação pode reforçar a ideia de que determinados temas podem ser abordados de forma provisória.

Mesmo com a inclusão de perguntas sobre orientação sexual e identidade de gênero, é fundamental que os órgãos produtores de dados desenvolvam estratégias metodológicas que reduzam a subenumeração e o viés de seleção, além de adotarem fatores de expansão específicos para esse grupo populacional. É igualmente necessário que esses órgãos assumam o compromisso de incorporar permanentemente essas variáveis em suas pesquisas, superando o caráter provisório das estatísticas experimentais.

A disponibilidade de informações com representatividade nacional não apenas permite análises mais aprofundadas sobre saúde, segurança e mercado de trabalho, como também oferece ferramentas essenciais para o enfrentamento das desigualdades estruturais baseadas em gênero e sexualidade. Em um contexto de luta por reconhecimento e direitos, o investimento na produção de dados sobre a população LGBTQIA+ representa um passo fundamental para a construção de uma sociedade mais inclusiva.

## Referências

ACONTECE ARTE E POLÍTICA LGBTI+; ANTRA – Associação Nacional de Travestis e Transexuais; ABGLT – Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos. **Mortes e violências contra LGBTI+ no Brasil**. Dossiê 2021. Florianópolis: Acontece; Antra; ABGLT, 2022.

AGUIRRE, K. K. D. Masculinidades colonizadas e feminicídio na América Latina. **Crítica Histórica**, ano XI, n. 22, p. 8-67, dez. 2020.

BARBOSA, A. L. N. de H.; VITAL, C. L. de C.; RUSSO, F. M.; COSTA, J. S. Rendimentos e jornadas de trabalho remunerado e não remunerado no Brasil: uma análise por orientação sexual. **Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise**, ano 26, n. 68, p. 47-61, abr. 2020.

BARNABÉ, G. C. F. R. **União consensual no estado de São Paulo a partir dos anos oitenta: características sociodemográficas e tendências recentes**. 2017. Tese (Doutorado em Demografia) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2017.

BENEVIDES, B. **Assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022**. Dossiê. Brasília: Distrito Drag; Antra, 2023.

BENEVIDES, B.; NOGUEIRA, S. N. B. **Assassinatos e violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020**. Dossiê. São Paulo: Expressão Popular, Antra, IBTE, 2021.

BENTO, B. **Transviad@s: gênero, sexualidade e direitos humanos**. Salvador: EDUFBA, 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 2.836, de 1º de dezembro de 2011**. Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Política Nacional de Saúde Integral LGBT). Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2011. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2836\\_01\\_12\\_2011.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2836_01_12_2011.html). Acesso em: 17 abr. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. Atualmente recepcionada no Anexo XXI da Portaria de Consolidação nº 2, de 28 de setembro de 2017a. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prc0002\\_03\\_10\\_2017.html#ANEXOXXII](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prc0002_03_10_2017.html#ANEXOXXII). Acesso em: 17 abr. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Atenção Básica**. Atualmente recepcionada no Anexo XXII da Portaria de Consolidação nº 2, de 28 de setembro de 2017b. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prc0002\\_03\\_10\\_2017.html#ANEXOXXII](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prc0002_03_10_2017.html#ANEXOXXII). Acesso em: 17 abr. 2024.

BRASIL. Ministério Público Federal. Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão. **O Ministério Público e os direitos de LGBT: conceitos e legislação**. Brasília: Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, Ministério Público do Estado do Ceará, 2017c.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Nota Técnica nº 21/2024-CAEQ/CGESCO/DESCO/SAPS/MS**. Informa a atualização e a qualificação dos campos de preenchimento para a coleta de dados de “orientação sexual” e de “identidade de gênero” no âmbito da Atenção Primária à Saúde (APS). Brasília: Ministério da Saúde, 2024.

BUTLER, J. **Corpos que importam: os limites discursivos do “sexo”**. Tradução: Veronica Daminelli e Daniel Yago Françoli. São Paulo: N-1 Edições / Crocodilo, nov. 2019.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução: Renato Aguiar. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CANAVESE, D.; POLIDORO, M.; SIGMORELLI, M. C.; MORETTI-PIRES, R. O.; PARKER, R.; TERTO JR., V. Pela urgente e definitiva inclusão dos campos de identidade de gênero e orientação sexual nos sistemas de informação em saúde do SUS: o que podemos aprender com o surto de monkeypox? **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, n. 11, p. 4191-4194, 2022. <https://doi.org/10.1590/1413-812320222711.12902022>

CARVALHO, A. A. de; BARRETO, R. C. V. A invisibilidade das pessoas LGBTQIA+ nas bases de dados: novas possibilidades na Pesquisa Nacional de Saúde 2019? **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, n. 9, p. 4059-4064, 2021.

CASARI, P.; MONSUETO, S. E.; DUARTE, P. H. E. Impacto da orientação sexual sobre o rendimento do trabalho. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 41. **Anais [...]**. Foz do Iguaçu: Anpec, 2013.

CERQUEIRA, D.; FERREIRA, H.; BUENO, S.; ALVES, P. P.; LIMA, R. S. de; MARQUES, D.; SILVA, F. A. B. da; LUNELLI, I. C.; RODRIGUES, R. I.; LINS, G. de O. A.; ARMSTRONG, K. C.; LIRA, P.; COELHO, D.; BARROS, B.; SOBRAL, I.; PACHECO, D.; PIMENTEL, A. **Atlas da violência 2021**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2021.

COBO, B.; BARRETO, R. C. V.; LONGO, L. A. F. de B.; RAMOS, M. T. Identidade de gênero e orientação sexual nas estatísticas públicas oficiais: caminhos para inclusão. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 29, n. 11, p. 1-12, 2024.

CONNELL, R. **Gênero em termos reais**. Tradução: Marília Moschkovich. São Paulo: nVersos, 2016. ISBN 978-85-8444-104-4.

DAHLHAMER, J.; GALINSKY, A.; JOESTL, S.; WARD, B. Sexual orientation in the 2013 National Health Interview Survey: a quality assessment. **Vital Health Stat**, v. 2, n. 169, 2014.

DE LENA, F. F.; OLIVEIRA, A. M. H. C. de; MARCONDES, G. dos S. Identificação de casais de mesmo sexo e suas famílias nos Censos latinoamericanos. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 20. **Anais [...]**. Foz do Iguaçu: Abep, 2016.

DE LENA, F. F.; OLIVEIRA, A. M. H. C. de. Padrões de seletividade relacionados aos casais homossexuais e heterossexuais no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 32, n. 1, p. 121-137, jan./abr. 2015.

DE LENA, F. F.; SILVA, S. A. G.; OLIVEIRA, A. J. B.; SIQUEIRA, A. S. F. População LGBTQIA, desigualdades e resistência: o que os dados nos dizem (ou deixam de dizer). *In*: MARCONDES, M. M.; OLIVEIRA, A. J. B.; VALE, F. B. (Org.). **Dossiê das Desigualdades**. 2. ed. Natal: Sedis-UFRN, 2023. p. 85-94.

DE LENA, F. F. **“Só se for a dois”**: conjugalidade e homoparentalidade no censo brasileiro de 2010. 2016. Dissertação (Mestrado em Demografia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.

DE LENA, F. F. **Internal migration trajectories of sexual minorities in Brazil**. 2022. Tese (Doutorado em Demografia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2022.

DRYDAKIS, N. **Sexual orientation, demography & labor relations**. University of Crete, Department of Economics, 2009. (Working Papers, 0906). Disponível em: <https://ideas.repec.org/p/crt/wpaper/0906.html>. Acesso em: 08 ago. 2022.

FREIRE, R. da S.; LIMA, A. R. C. de; VIEIRA, K. M. de A.; MARCONDES, M. M. Descomplicando gênero e sexualidades: uma introdução. **Observa Desigualdades Boletim**, Ano 1, n. 2, p. 27-34, 2021.

GEARY, R.; TANTON, C.; ERENS, B.; CLIFTON, S.; PRAH, P.; WELLINGS, K.; MITCHELL, K.; DATTA, J.; GRAVNINGEN, K.; FULLER, E.; JOHNSON, A.; SONNENBERG, P.; MERCER, C. Sexual identity, attraction and behaviour in Britain: the implications of using different dimensions of sexual orientation to estimate the size of sexual minority populations and inform public health interventions. **Plos One**, p. 1-16, jan. 2018.

GARCIA, A.; SOUZA, E. M. de. Sexualidade e trabalho: estudo sobre a discriminação de homossexuais masculinos no setor bancário. **Revista de Administração Pública**, v. 44, n. 6, p. 1353-77, nov./dez. 2010.

GASTALDI, A. B. F.; MOTT, L.; OLIVEIRA, J. M. D. de; AYRES, C. S. L. da S.; SOUZA, W. V. F.; SILVA, K. V. C. da (Org.). **Observatório de mortes violentas de LGBTI+ no Brasil – 2020**. Relatório. Florianópolis: Editora Acontece; Arte e Política LGBTI+; Grupo Gay da Bahia (GGB), 2021.

HARAWAY, D. “Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. Tradução: Mariza Corrêa. **Cadernos Pagu**, v. 1, n. 22, p. 201-246, 2016.

HARAWAY, D. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: TADEU, T. (Org.). **Antropologia do ciborgue**: as vertigens do pós-humano. Tradução: Tomaz Tadeu. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009. p. 33-118.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**: Notas Metodológicas. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9662-censo-demografico-2010.html?=&t=microdados>. Acesso em: 19 ago. 2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional de Saúde 2019**: acidentes, violências, doenças transmissíveis, atividade sexual, características do trabalho e apoio social. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional de Saúde 2019**: orientação sexual autoidentificada da população adulta. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

IRINEU, B. A.; OLIVEIRA, B. A. Proteção social e população LGBTI na América Latina: uma análise crítica das experiências do Brasil e do Uruguai. **Revista Humanidades e Inovação**, v. 8, n. 39, p. 32-44, 2021.

IRIGARAY, H. A. R.; FREITAS, M. E. de. Sexualidade e organizações: estudo sobre lésbicas no ambiente de trabalho. **Organizações & Sociedade**, v. 18, n. 59, p. 625-641, out./dez. 2011.

JESUS, J. G. de. **Orientações sobre identidade de gênero**: conceitos e termos. Guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgêneros, para formadores de opinião. 2 ed. Brasília, dez. 2012.

JOMAR, R. T.; FONSECA, V. A. de O.; RAMOS, D. de O.; MARINHO, G. L.; GUIMARÃES, R. M.; GOMES, M. C. de A.; MEIRA, K. C. Prevalência de discriminação percebida por orientação sexual nos serviços de saúde do Brasil: Pesquisa Nacional de Saúde, 2013. **Cadernos Saúde Coletiva**, v. 29, n. especial, p. 187-198, 2021.

KALIL, I. Políticas antiderechos en Brasil: neoliberalismo y neoconservadurismo en el gobierno de Bolsonaro. In: SANTANA, A. T. (Ed.). **Derechos en riesgo en América Latina**: 11 estudios sobre grupos neoconservadores. Bogotá: Ediciones desde abajo, 2020. p. 35-53.

LEAL, C. H. S.; SCALCO, M. L. A.; NUNES, R. P.D'E.; CONSORTI, E. R.; KITAGAWA; B. Y. Vigilância de violências: considerações sobre as informações relativas às violências perpetradas contra a população LGBT no município de São Paulo. **BIS – Diversidade Sexual e de Gênero**, v. 19, n. 2, p. 55-61, dez. 2018.

LINS, B. A.; MACHADO, B. F.; ESCOURA, M. **Diferentes, não desiguais**: a questão de gênero na escola. São Paulo: Editora Reviravolta, 2016.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**. Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

MENDES, W. G.; DUARTE, M. J. de O.; ANDRADE, C. A. F. de; SILVA, C. M. F. P. da. Revisão sistemática das características dos homicídios contra a população LGBT. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 26, n. 11, p. 5615-5628, 2021.

MENDES, W. G.; SILVA, C. M. F. P. da. Homicídios da população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais ou transgêneros (LGBT) no Brasil: uma análise espacial. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 25, n. 5, p. 1709-1722, 2020.

MENDOS, L. R.; BOTHÁ, K.; LELIS, R. C.; PEÑA, E. L. de la; SAVELEV, I.; TAN, D. **Homofobia de Estado**: actualización del panorama global de la legislación 2020. Ginebra: ILGA, 2020.

MISKOLCI, R.; SIGNORELLI, M. C.; CANAVESE, D.; TEIXEIRA, F. do B.; POLIDORO, M.; MORETTI-PIRES, R. O.; SOUZA, M. H. T.; PEREIRA, P. P. G. Desafios da saúde da população LGBTI+ no Brasil: uma análise do cenário por triangulação de métodos. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 27, n. 10, p. 3815-3824, 2022. <https://doi.org/10.1590/1413-812320222710.06602022>

MUÑOZ, E.; SAAVEDRA, M.; SANSONE, D. **A vida das pessoas intersexo**: disparidades socioeconômicas e de saúde no México. Nota Técnica do BID, n. 2955. Banco Interamericano de Desenvolvimento, Divisão de Gênero e Diversidade, jun. 2024.

NOGUEIRA, S. N. B. A importância da produção de dados sobre a população de pessoas trans, travestis e de gênero diverso no Brasil além do monitoramento de assassinatos. *In*: SOUZA, D.; ARAÚJO, T. (Org.). **Censo Trans**: reflexões sobre os dados do Censo Trans. 2022. Disponível em: [http://redetransbrasil.org.br/wpcontent/uploads/2022/06/REDE-TRANS\\_Censo-Trans-2020-pub-web.pdf](http://redetransbrasil.org.br/wpcontent/uploads/2022/06/REDE-TRANS_Censo-Trans-2020-pub-web.pdf). Acesso em: 5 ago. 2022.

OLIVEIRA, J. M. D. de; MOTT, L. (Org.). **Mortes violentas de LGBT+ no Brasil – 2019**. Relatório do Grupo Gay da Bahia. Salvador: GGB, 2020.

OLIVEIRA, D. C. de. Representatividade da população LGBTQIA+ nas pesquisas epidemiológicas, no contexto da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais: ampliar a produção de conhecimento no SUS para a justiça social. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, v. 31, n. 1, e2022020, 2022.

PRECIADO, P. **Manifesto contrassexual**: práticas subversivas de identidade sexual. Tradução: Maria Paula Gurgel Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

QUINALHA, R. **Movimento LGBTI+**: uma breve história do século XIX aos nossos dias. 1 ed.; 1 reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

RIDGEWAY, C.; SAPERSTEIN, A. Diversifying gender categories and the sex/gender system. *Annual Review of Sociology*, v. 50, p. 385-405, 2024.

SILVA, P. de S. **A relação entre orientação sexual das pessoas adultas e o mercado de trabalho no Brasil**: uma análise da prevalência de ocupação, fatores associados, diferenciais por renda e interseccionalidade de sexo e raça/cor. 2024. Tese (Doutorado em Demografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2024.

SILVA, S. A. G. da. **“Nós que mudamos, eles não”**: a importância do suporte familiar, da idade e do gênero na análise do desenvolvimento da identidade sexual e da saúde mental de lésbicas, gays e bissexuais em Minas Gerais. 2021. Tese (Doutorado em Demografia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.

SOLIDARITY CENTER; CUT. **Almanaque LGBTQIA+**. São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 2021.

STOPA, S. R.; SZWARCOWALD, C. L.; OLIVEIRA, M. M. de; GOUVEA, E. de C. D. P.; VIEIRA, M. L. F. P.; FREITAS, M. P. S. de; SARDINHA, L. M. V.; MACÁRIO, E. M. Pesquisa Nacional de Saúde 2019: histórico, métodos e perspectivas. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, v. 29, n. 5, p. 1-12, 2020.

SULIANO, D.; IRFFI, G.; CORRÊA, M.; CAVALCANTE, A.; OLIVEIRA, J. Sexual orientation and wage differentials in Brazilian labour market. *Economia Aplicada*, v. 20, n. 3, p. 195-221, 2016.

SULIANO, D.; IRFFI, G.; VERAS, M. **Diferenciais salariais entre casais heterossexuais e homossexuais no mercado de trabalho cearense**. Fortaleza: Ipece, fev. 2014. (Texto para Discussão, n. 105).

SULIANO, D.; JESUS FILHO, J. de; IRFFI, G. Sexual orientation and wage differentials using anthropometric and health measures. *Estudos Econômicos*, v. 51, n. 1, p. 111-142, jan./mar. 2021.

TODXS. **Pesquisa Nacional por Amostra da População LGBTI+:** identidade e perfil sociodemográfico. 2020. Disponível em: [http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/redes/valorizacao\\_diversidade/cartilhas/Pesquisa%20Nacional%20Por%20Amostra%20da%20Popula%C3%A7%C3%A3o%20LGBTI%2B.2020.pdf](http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/redes/valorizacao_diversidade/cartilhas/Pesquisa%20Nacional%20Por%20Amostra%20da%20Popula%C3%A7%C3%A3o%20LGBTI%2B.2020.pdf). Acesso em: 19 ago. 2021.

TREVISAN, J. S. **Devassos no paraíso:** a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. 4 ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

VOTELGBT. **Pesquisa VoteLGBT nas paradas de São Paulo, Florianópolis, Belo Horizonte e Rio de Janeiro em 2022.** Jan. 2023. Disponível em: <https://static1.squarespace.com/static/645a82ef72df1e50defcf770/t/6498426302f7d91396d87385/1687700072688/VoteLGBT+Relato%CC%81rio+Paradas+2022.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2023.

WESTBROOK, L.; BUDNICK, J.; SAPERSTEIN, A. Dangerous data: seeing social surveys through the sexuality prism. *Sexualities*, v. 25, p. 717-749, 2022.

WESTBROOK, L.; SAPERSTEIN, A. New categories are not enough: rethinking the measurement of sex and gender in social surveys. *Gender & Society*, v. 29, n. 4, p. 534-560, Aug. 2015.

## Sobre os autores

*Priscila de Souza Silva* é pesquisadora bolsista EXP-A no Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INCT), Laboratório de Planejamento Urbano e Regional (Labplan). É doutora em Demografia pelo Programa de Pós-Graduação em Demografia (PPGDEM) da UFRN. Pesquisadora ativa no Laboratório de Estudos de Gênero e População (Laegep), pesquisadora do Observatório das Migrações no Estado do Ceará (Omec) e pesquisadora do Observatório das Metrópoles Núcleo Natal.

*Luana Junqueira Dias Myrrha* é doutora em Demografia pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Universidade Federal de Minas Gerais (Cedeplar/UFMG). Professora associada II no Departamento de Demografia e Ciências Atuariais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) como pesquisadora visitante na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Coordena o Laboratório de Estudos de Gênero e População (Laegep).

*Fábio Lúcio Rodrigues* é doutor em Economia Aplicada pelo Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Professor do quadro efetivo do Departamento de Economia da Faculdade de Ciências Econômicas (Facem) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e dos Programas de Pós-Graduação em Economia (PPE) e em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido (Plandites) da UERN.

## Endereço para correspondência

*Priscila de Souza Silva*

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)  
Av. Senador Salgado Filho, 3000, Bairro Lagoa Nova  
59078-970 – Natal-RN, Brasil

*Luana Junqueira Dias Myrrha*

Departamento de Demografia e Ciências Atuariais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)  
Av. Senador Salgado Filho, 3000, Bairro Lagoa Nova  
59078-970 – Natal-RN, Brasil

*Fábio Lúcio Rodrigues*

Faculdade de Ciências Econômicas (Facem), Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)

Av. Prof. Antônio Campos, s/n, Bairro Pres. Costa e Silva

59625-620 – Mossoró-RN, Brasil

## **CRedit**

Reconhecimentos: Não aplicável.

Financiamento: Este estudo foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (Capes) – Código de Financiamento 001.

Conflitos de interesse: Os autores certificam que não têm interesse pessoal, comercial, acadêmico, político ou financeiro que represente um conflito de interesses em relação ao manuscrito.

Aprovação ética: Os autores certificam que o trabalho não inclui seres humanos ou animais.

Disponibilidade de dados e material: Os conteúdos subjacentes ao texto da pesquisa estão contidos no manuscrito.

Contribuições dos autores:

Priscila de Souza Silva: conceituação; administração do projeto; escrita – rascunho original; escrita – revisão e edição.

Luana Junqueira Dias Myrrha: supervisão; escrita – revisão e edição.

Fábio Lúcio Rodrigues: supervisão; escrita – revisão e edição.

Editores: Bernardo Lanza Queiroz, Júlia Almeida Calazans e Maria Carolina Tomás.

## **Abstract**

### *Invisibility of the LGBTQIA+ population: a mapping of data sources in Brazil*

Despite recent social and legal advances in protecting sexual and gender diversity in Brazil, the LGBTQIA+ population remains marked by processes of exclusion and invisibility, particularly within official statistics. This study aims to map the primary data sources in Brazil that collect information on the LGBTQIA+ population. To this end, a systematic literature search was conducted alongside a comprehensive mapping of official population-based surveys, administrative records, and databases produced by civil society organizations. Results indicate that most population-based surveys remain restricted to identifying same-sex cohabiting couples, thus failing to encompass the broader spectrum of gender identities and sexual orientations. Although civil society organizations play a crucial role in data production, their efforts face notable methodological limitations. Furthermore, while the inclusion of a sexual orientation question in the 2019 National Health Survey (*Pesquisa Nacional de Saúde*—PNS) represents a

major milestone, its experimental status and the exclusion of gender identity demonstrate that significant challenges remain. Ultimately, expanding and refining data production mechanisms is essential to overcoming the statistical invisibility of the LGBTQIA+ population and informing public policy.

**Keywords:** Data collection. LGBTQIA+ population. Sexual orientation. Gender identity. Official statistics. Social exclusion.

## Resumen

### *Invisibilidad de la población LGBTQIA+: un mapeo de las fuentes de datos en Brasil*

A pesar de los avances sociales y jurídicos recientes en la garantía de la diversidad sexual y de género en Brasil, la población LGBTQIA+ continúa marcada por procesos de exclusión e invisibilidad, particularmente en las estadísticas oficiales. Este estudio tiene como objetivo mapear las principales fuentes de datos disponibles en el país que recopilan información sobre la población LGBTQIA+. Para ello, se llevó a cabo una revisión sistemática de la literatura junto con el relevamiento de encuestas poblacionales oficiales, registros administrativos y bases de datos generadas por organizaciones de la sociedad civil. Los resultados indican que la mayoría de las encuestas poblacionales se limita a identificar parejas del mismo sexo en cohabitación, sin abarcar el espectro amplio de identidades de género y orientaciones sexuales. Asimismo, se evidencia que diversas organizaciones han desempeñado un papel relevante en la generación de datos, aunque con importantes limitaciones metodológicas. Si bien la inclusión de una pregunta sobre orientación sexual en la Encuesta Nacional de Salud (*Pesquisa Nacional de Saúde*—PNS) de 2019 representa un avance significativo, su carácter experimental y la omisión de la identidad de género demuestran que aún persisten desafíos sustanciales. Se concluye que ampliar y mejorar la calidad de la producción de datos resulta indispensable para superar la invisibilidad estadística de la población LGBTQIA+ e impulsar políticas públicas informadas.

**Palabras clave:** Recopilación de datos. Población LGBTQIA+. Orientación sexual. Identidad de género. Estadísticas oficiales. Invisibilidad estadística.

Recebido para publicação: 06/06/2025

Aceito para publicação: 16/05/2026